Magneti Marelli do Brasil Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 51.597.433/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Atendendo aos preceitos legais e às disposições estatutárias, é com satisfação que vimos submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial acompanhado das Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Hortolândia, 21 de fevereiro de 2014 – **A Administração**

BALANCOS PATRIMONIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Notas explicativas	2013	2012
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	102	1.261
Impostos a recuperar	5	6.334	4.552
Total do ativo circulante		**6.436**	**5.813**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	5	12.925	12.925
Créditos com partes relacionadas	11	7.754	-
Depósitos judiciais e garantias	6	1.220	1.403
Investimento	7	68	1.002
Imobilizado	8	26	33
Intangível		12	16
Total do ativo não circulante		**22.005**	**15.379**
TOTAL DO ATIVO		**28.441**	**21.192**

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Notas explicativas	2013	2012
CIRCULANTE			
Fornecedores		90	259
Obrigações sociais e salários		306	337
Obrigações tributárias		6	1.147
Débitos com partes relacionadas	11	14.190	3.467
Total do passivo circulante		**14.592**	**5.210**
NÃO CIRCULANTE			
Provisões para riscos	9	18.313	18.574
Total do passivo não circulante		**18.313**	**18.574**
PASSIVO A DESCOBERTO			
Capital social	10 (a)	40.568	40.568
Reserva de capital		62	62
Reserva de reavaliação	10 (b)	18.232	19.390
Reserva de lucro - Legal		22	22
Prejuízos acumulados		(63.348)	(62.634)
Total do passivo a descoberto		**(4.464)**	**(2.592)**
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		**28.441**	**21.192**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	2013	2012
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		(3.582)	(3.448)
Perda em investimento em controlada		(1.296)	(1.310)
Outras receitas operacionais, líquidas	14	1.197	3.637
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(3.681)**	**(1.121)**
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	13	**1.447**	**(236)**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(2.234)**	**(1.357)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(2.234)**	**(1.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R$)

	2013	2012
Prejuízo líquido do exercício	(2.234)	(1.357)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(2.234)**	**(1.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital – Incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Reserva de Lucro – Legal	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**40.568**	**62**	**20.711**	**22**	**(63.010)**	**(1.647)**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.733)	-	1.733	-
Imposto diferido sobre reserva de reavaliação	-	-	412	-	-	412
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.357)	(1.357)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**40.568**	**62**	**19.390**	**22**	**(62.634)**	**(2.592)**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.520)	-	1.520	-
Imposto diferido sobre reserva de reavaliação	-	-	362	-	-	362
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(2.234)	(2.234)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**40.568**	**62**	**18.232**	**22**	**(63.348)**	**(4.464)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(2.234)	(1.357)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações	8	7	57
Amortizações		4	4
Juros sobre débitos com partes relacionadas	11	876	285
Atualização monetária de riscos	9	326	151
Juros sobre créditos com partes relacionadas	11	(570)	-
Reversão de provisão para riscos, líquida de adições	9	(182)	(3.408)
Perda em investimento em controlada	7	1.296	1.310
Provisão para perda em depósitos judiciais	6	183	-
Variações monetárias, líquidas	13	(2.492)	(339)
		(2.786)	**(3.297)**
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	5	710	440
Outros ativos circulantes		-	3.709
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(169)	170
Obrigações sociais e salários		(31)	(432)
Obrigações tributárias		(1.141)	-
Outros passivos circulantes		-	(27)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		**(3.417)**	**563**
Pagamento de provisões para riscos	9	(405)	(475)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(3.822)**	**88**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Créditos com partes relacionadas (concessões)	11	(9.000)	-
Créditos com partes relacionadas (recebimentos)	11	1.753	-
Juros recebidos	11	63	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(7.184)**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Débitos com partes relacionadas (captações)	11	10.784	3.117
Débitos com partes relacionadas (amortizações)	11	(916)	(2.166)
Juros pagos	11	(21)	(18)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**9.847**	**933**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(1.159)**	**1.021**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.261	240
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		102	1.261
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(1.159)**	**1.021**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Magneti Marelli do Brasil Indústria e Comércio S.A. (denominada "Sociedade" ou Magneti Marelli do Brasil Indústria e Comércio S.A.), sediada em Hortolândia, São Paulo, é constituída atualmente de ativos e passivos não operacionais e encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração com a premissa de que a Sociedade, inobstante encontrar-se com suas atividades operacionais paralisadas, é um investimento a ser mantido pelo Grupo Fiat S.p.A., do qual a Sociedade é parte.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

Adoção das IFRSs novas e revisadas

Durante 2013 entraram em vigor as novas normas de consolidação, acordos conjuntos, coligadas e divulgações, compreendendo a IFRS 10 (equivalente ao CPC 36 (R3)), a IFRS 11 (equivalente ao CPC 19 (R2)) e a IFRS 12 (equivalente ao CPC 45), a IAS 27 (equivalente ao CPC 35 (R2)) e a IAS 28 (equivalente ao CPC 18 (R2)). Posteriormente à emissão dessas normas, foram emitidas alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 para esclarecer certas orientações de transição para a aplicação inicial das normas.

No exercício corrente, a Sociedade avaliou o possível impacto das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 e a IAS 28 (como revisada em 2011) com as alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 referentes às orientações de transição. As referidas normas não trazem impactos relevantes às demonstrações financeiras ora apresentadas. A IAS 27 (como revisada em 2011) não é aplicável a Sociedade, porque trata somente de demonstrações financeiras separadas.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A Sociedade aplicou a IFRS 13 (equivalente ao CPC 46) pela primeira vez no exercício corrente. A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientações para mensurações do valor justo e divulgações sobre mensurações do valor justo. A adoção do CPC 46 não trouxe impacto significativo às demonstrações financeiras da Sociedade.

Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são como segue:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.2. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa.

2.3. Investimentos em coligada e controlada (demonstração financeira individual): Os investimentos em coligadas e controladas na demonstração individual são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda". Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas (demonstração financeira individual) e coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida.

As demonstrações financeiras das coligadas e controladas são elaboradas para a mesma data base de apresentação da Controladora. Sempre que necessário são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Sociedade.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da controlada ou coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento e testado anualmente quanto a sua recuperabilidade.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo Fiat até a data base da demonstração financeira são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

2.4. Imobilizado: Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. A depreciação é calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada em anos é demonstrada no quadro abaixo:

	2013
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedades arrendadas	5
Móveis e utensílios	10

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e todos os outros reparos e manutenções realizados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, inclusive as unidades geradoras de caixa, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.6. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.7. Impostos: Imposto de renda e contribuição social: A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.8. Reconhecimento de receita: Receita de juros: A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.9. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que estas são revistas, se a revisão afetar apenas este período. Ou também períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa e bancos		
Moeda nacional		
Terceiros	15	4
Subtotal - Caixa e bancos	**15**	**4**
Aplicações financeiras		
Moeda nacional		
Terceiros	87	1.257
Subtotal - Aplicações financeiras	**87**	**1.257**
Total	**102**	**1.261**

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), remunerados à taxa de 100,7% do CDI em 2013 (101% do CDI em 2012), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2013	2012
ICMS a recuperar	597	597
Imposto de renda **(a)**	3.274	1.105
Cofins a recuperar **(b)**	2.941	2.849
Outros créditos de impostos **(c)**	13.044	13.523
(-) Provisão para perdas	(597)	(597)
Total	**19.259**	**17.477**
Circulante	**6.334**	**4.552**
Não circulante	**12.925**	**12.925**

Os saldos de impostos a recuperar vêm sendo compensados e são considerados pela Administração da Sociedade como realizáveis no curso normal de suas atividades.

(a) O saldo refere-se basicamente, ao pedido de restituição, da declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, apurado no ano calendário de 1995. Ao referido pedido foram vinculadas diversas declarações de compensação. A totalidade do crédito pleiteado foi indeferida pela Receita Federal do Brasil - RFB, sob o argumento de divergências nos montantes declarados a título de estimativas e de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, parcelas estas que compõem o saldo de declaração pleiteado, e de não comprovação de que o crédito a restituir após compensadas as compensações não teria sido utilizado. A Sociedade apresentou recurso e após a análise final do processo foi prolatado o acordão para o reconhecimento do direito creditório em valor suficiente para homologar as compensações vinculadas ao Pedido de Restituição, restando, ainda, saldo credor a ser restituído, sendo R$825 mil de principal e R$2.317 de juros.

(b) O saldo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS refere-se a créditos habilitados junto a RFB, proveniente de tributação sobre outras receitas financeiras - Lei nº 9.718/98, exigência legal discutida judicialmente pela Sociedade. A habilitação foi deferida em 2009 pela RFB com base na decisão favorável transitada em julgado. A movimentação ocorrida nos exercícios de 2013 e 2012 está relacionada à atualização monetária calculada pela taxa Selic.

(c) A Sociedade busca na via judicial a recuperação dos valores recolhidos a título de IRRF pagos em duplicidade, decorrente de operações de *hedge*. Tal medida visa evidenciar que muito embora tenha sido lavrado, em 2001, auto de infração para cobrança de tais valores, as respectivas receitas já haviam sido tributadas para pagamento do imposto de renda, por ocasião do ajuste de 1999. Não obstante tal fato ocorreu novo pagamento quando da cassação da liminar proferida nos autos do processo judicial, no qual a Sociedade discute a inconstitucionalidade/ilegalidade da exigência da retenção do imposto de renda sobre as operações de *hedge*, na medida em que somente ao final do exercício, a Sociedade teria condição de averiguar a existência ou não de base tributável. Sendo assim, por conta da duplicidade do pagamento, que é passível de recuperação, a Sociedade possui ativo contabilizado no montante de R$12.925.

A Sociedade constituiu provisão para perdas de impostos a recuperar com base na análise individual dos valores a recuperar em montante considerado pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não houve movimentação na conta de provisão para perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS

Referem-se a questionamentos judiciais de ordem tributária, trabalhista e cível. Quando aplicável, os passivos correspondentes a estas causas estão provisionados na rubrica "Provisões para riscos", no passivo não circulante.

	2013	2012
Tributário **(a)**	819	819
Trabalhista	617	617
Cível	275	275
Provisão para perda - ações trabalhistas **(b)**	(491)	(308)
Total	**1.220**	**1.403**

A movimentação dos depósitos judiciais e garantias é assim demonstrada:

	31/12/2012	Adições	Baixas/Resgates	Atualização	31/12/2013
Tributário	819	-	-	-	819
Trabalhista	617	-	-	-	617
Cível	275	-	-	-	275
Provisão para perda	(308)	(183)	-	-	(491)
Total	**1.403**	**(183)**	**-**	**-**	**1.220**

	31/12/2011	Adições	Baixas/Resgates	Atualização	31/12/2012
Tributário	819	-	-	-	819
Trabalhista	617	-	-	-	617
Cível	275	-	-	-	275
Provisão para perda	(308)	-	-	-	(308)
Total	**1.403**	**-**	**-**	**-**	**1.403**

(a) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos depósitos judiciais relacionados aos riscos refere-se, principalmente, a discussões em juízo relativas a ICMS, no montante de R$635 (R$635 em 31 de dezembro de 2012) e IRPJ, no montante de R$184 (R$184 em 31 de dezembro de 2012).

(b) Provisão constituída em decorrência da reavaliação de processos trabalhistas cuja perda é considerada possível pela Administração e seus consultores jurídicos externos.

7. INVESTIMENTOS

	2013	2012
Cofap Fabricadora de Peças Ltda.	68	1.002
Total	**68**	**1.002**

(a) Informações sobre a controlada no encerramento do exercício:

Nome da controlada	Atividade principal	Localidade	Participação no capital social - % 2013	2012
Cofap Fabricadora de Peças Ltda.	Fabricação de Peças	Brasil	68,35%	68,35%

	Cofap Fabricadora de Peças Ltda. 2013	2012
Ativo	110.517	113.703
Passivo	110.417	112.236
Patrimônio líquido	100	1.467
Receita	-	-
Resultado do exercício	(1.896)	(1.918)

continua...

Magneti Marelli do Brasil Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 51.597.433/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) A movimentação do investimento na controlada é como segue:

	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Partici-pação %	Investimento 2013	Investimento 2012	Equivalência Patrimonial 2013	Equivalência Patrimonial 2012
Cofap Fabr. de Peças Ltda. **(a)**	(26.575)	327	68,35	(18.164)	(18.388)	224	423
Reavaliação reflexa da Cofap Fabricadora de Peças Ltda. **(b)**	26.675	(2.223)	68,35	18.232	19.390	(1.520)	(1.733)
Totais	**100**	**(1.896)**		**68**	**1.002**	**(1.296)**	**(1.310)**

(a) O valor de investimento, por ser negativo, está divulgado em conta redutora do investimento na controlada.
(b) Reavaliação dos imóveis da controlada realizada em parte nos anos de 2005, 2006 e 2007, reconhecidas de forma reflexa pela Sociedade, proporcionalmente à sua participação no investimento.

8. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

	Benf. Propriedade Arrendadas	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Total
Custos				
Saldo inicial (31/12/2012)	**373**	**4**	**71**	**448**
Adições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo final (31/12/2013)	**373**	**4**	**71**	**448**
Depreciação				
Saldo inicial (31/12/2012)	**(373)**	**(4)**	**(38)**	**(415)**
Despesas de depreciação.	-	-	(7)	(7)
Saldo final (31/12/2013)	**(373)**	**(4)**	**(45)**	**(422)**
Valor residual em 31/12/2013	**-**	**-**	**26**	**26**

	Benf. Propriedade Arrendadas	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Total
Custos				
Saldo inicial (31/12/2011)	**373**	**4**	**71**	**448**
Adições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo final (31/12/2012)	**373**	**4**	**71**	**448**
Depreciação				
Saldo inicial (31/12/2011).	**(323)**	**(4)**	**(31)**	**(358)**
Despesas de depreciação	(50)	-	(7)	(57)
Saldo final (31/12/2012)	**(373)**	**(4)**	**(38)**	**(415)**
Valor residual em 31/12/2012	**-**	**-**	**33**	**33**

9. PROVISÕES PARA RISCOS

	2013	2012
Cíveis	1.012	1.194
Trabalhistas	453	410
Tributárias **(i)**	15.838	15.835
Ambientais	1.010	1.135
Total	**18.313**	**18.574**

A movimentação das provisões para riscos é demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Total
Saldo inicial (01/01/2012)	**1.277**	**2.282**	**17.293**	**1.454**	**22.306**
Adições	-	19	5	-	24
Atualizações	-	110	41	-	151
Pagamentos	-	-	(156)	(319)	(475)
Reversões	(83)	(2.001)	(1.348)	-	(3.432)
Saldo final (31/12/2012)	**1.194**	**410**	**15.835**	**1.135**	**18.574**
Adições	-	-	-	-	-
Atualizações	-	43	283	-	326
Pagamentos	-	-	(280)	(125)	(405)
Reversões	(182)	-	-	-	(182)
Saldo final (31/12/2013)	**1.012**	**453**	**15.838**	**1.010**	**18.313**

A Sociedade é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais.
A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para riscos para aqueles processos em que a probabilidade de perda foi considerada provável. A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas estimadas.
As principais provisões estão apresentadas abaixo:
(i) Tributárias:
(a) Tributos sobre expurgo IPC/90: a provisão constituída corresponde à parcela dos tributos sobre o aproveitamento dos efeitos do expurgo inflacionário, decorrentes da diferença entre o Índice Preços no Consumidor IPC e o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal BTNF, no ano base de 1990. A provisão constituída corresponde ao valor total de R$12.206 em 31 de dezembro de 2013 (R$11.734 em 31 de dezembro de 2012). A provisão relativa à atualização monetária dos depósitos judiciais foi incluída no REFIS IV, motivo pelo qual a provisão existente não contempla essa parcela. A correção da provisão pela SELIC no decorrer do ano de 2013 correspondeu a R$181.
(b) IRRF sobre o *hedge*: corresponde à discussão judicial relativo à incidência de IRRF sobre as operações de *hedge*. Para a parcela incerta, que compreende os juros incidentes sobre o principal desde a data da retenção relevada até o fechamento do resultado do exercício de 1999, foi constituída provisão no valor de R$2.547 em 31 de dezembro de 2013 (R$2.478 em 31 de dezembro de 2012).

10. PASSIVO A DESCOBERTO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estava representado por 102.124.112 ações de valor nominal R$40.568, sendo 53.560.774 ações ordinárias e 48.563.338 ações preferenciais, assim distribuídas:

	Quantidade de Ações	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Participação %
Magneti Marelli S.p.A.	101.993.325	53.555.478	48.437.847	99.87193
Fiat do Brasil S.A.	397	397	-	0.00039
Outros	130.390	4.899	125.491	0.12768
Total	**102.124.112**	**53.560.774**	**48.563.338**	**100**

(b) Reserva de reavaliação

Sua controlada efetuou reavaliação de imóveis, registrada em contrapartida no Patrimônio Líquido, como Reserva de Reavaliação. Essa reserva vem sendo realizada através do reconhecimento dos encargos de depreciação calculados para os itens reavaliados na controlada, proporcionalmente a sua participação na empresa.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As compras envolvendo partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a Sociedade e as empresas relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas.
Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e nos exercícios findos naquelas datas, a Sociedade apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ativos	Passivo		Transações		
31/12/2013	**Crédito com partes relacionadas (i)**	**Fornecedor**	**Débito com partes relacionadas (ii)**	**Compra**	**Despesa financeira**	**Receita financeira**
Nacional						
Cofap Fabricadora de Peças Ltda.	7.754	-	13.880	-	847	507
Fiat do Brasil S.A.	-	65	-	1.598	-	-
Fiat Finanças	-	2	-	-	-	-
M.M. Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	310	-	28	-
Teksid do Brasil Ltda.	-	-	-	-	1	-
Total	**7.754**	**67**	**14.190**	**1.598**	**876**	**507**

	Ativos	Passivo		Transações		
31/12/2012	**Crédito com partes relacionadas (i)**	**Fornecedor**	**Débito com partes relacionadas (ii)**	**Compra**	**Despesa financeira**	**Receita financeira**
Nacional						
Cofap Fabricadora de Peças Ltda.	-	-	2.815	-	217	-
Fiat Automóveis S.A.	-	-	-	-	11	-
Fiat do Brasil S.A.	-	60	-	306	-	-
Fiat Finanças	-	2	-	9	-	-
M.M. Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	652	-	57	-
Total	**-**	**62**	**3.467**	**315**	**285**	**-**

(i) Os créditos com partes relacionadas referem-se a mútuo, com prazo de vencimento de 365 dias e com remuneração de 113% do CDI.
(ii) Os débitos com partes relacionadas referem-se a mútuo, com prazo vencimento de 365 dias e com remuneração de 107% do CDI.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação da taxa efetiva

	2013	2012
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(2.234)	(1.357)
Alíquotas nominais	34%	34%
Crédito fiscal calculado às alíquotas nominais	760	461
Ajustes para apuração do imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Equivalência patrimonial	(441)	(446)
Realização do imposto diferido sobre reavaliação espontânea dos ativos	(517)	(589)
Créditos tributários não reconhecidos	258	744
Outras exclusões permanentes, líquidas	(60)	(170)
Imposto de renda e contribuição social apurados	**-**	**-**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Sociedade preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não haverá efeitos em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Sociedade aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Em 31 de dezembro de 2013, foram registrados prejuízos fiscais referentes ao IRPJ no montante de R$13.183 (R$13.390 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa referente à CSLL no montante de R$18.593 (R$18.750 em 31 de dezembro de 2012). Considerando que a Sociedade não tem auferido lucro tributável, não foram registrados créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais ou provisões para perdas temporárias.
As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável.

13. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2013	2012
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicação financeira	22	115
Juros sobre créditos com partes relacionadas	507	-
Variação monetária sobre ativos	2.492	339
Subtotal - Receitas financeiras	**3.021**	**454**
Despesas financeiras:		
Juros sobre passivos decorrentes do REFIS	(94)	(98)
Juros sobre débitos com partes relacionadas	(876)	(285)
Despesas e comissões bancárias	(101)	(93)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(176)	(61)
Outras despesas	(327)	(153)
Subtotal - Despesas financeiras	**(1.574)**	**(690)**
Resultado financeiro líquido	**1.447**	**(236)**

14. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2013	2012
Serviços de terceiros	(1.501)	(1.596)
Despesas com empregados	(1.406)	(1.249)
Provisão para riscos	587	3.883
Despesas de depreciação	(7)	(57)
Despesas de amortização	(4)	(4)
Equivalência patrimonial	(1.296)	(1.310)
Outras despesas operacionais	(772)	(711)
Recuperação de impostos	825	-
Impostos, taxas e multas	(107)	(77)
Total das Despesas	**(3.681)**	**(1.121)**
Classificado como:		
Outras receitas (Despesas) operacionais	1.197	3.637
Perda em investimento em controlada	(1.296)	(1.310)
Despesas gerais e administrativas	(3.582)	(3.448)
Total	**(3.681)**	**(1.121)**

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua gerência financeira em conjunto com a empresa ligada Fiat Finanças Brasil Ltda., empresa do Grupo Fiat no Brasil que tem como objetivo centralizar as atividades financeiras e obter vantagens competitivas no relacionamento com instituições financeiras.
Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2013	2012
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e bancos	15	4
Aplicações financeiras	87	1.257
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado		
Créditos com partes relacionadas	7.754	-
Depósitos judiciais	1.220	1.403
Passivos financeiros		
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	90	259
Débitos com partes relacionadas	14.190	3.467

A Administração entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros é registrado pelo preço de saída, ou seja, o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Assim os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:
(i) Caixa e aplicações financeiras, já estão registrados pelo seu valor justo.
A Sociedade não assumiu compromissos com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

DIRETORIA

Claudio Bentivoglio Magner - Presidente | **Edison Lino Duarte** - Diretor | **Gisele Conceição Dis Scalo** - Diretora

Regina Célia dos Santos Werneck Monteiro - Contadora - CRC-MG 074.846/O-8"S" SP

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESP 15H / CPOP 17H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[26283]-magneti_marelli_cofap_bal_Anual_MAG_BRASIL_DOESP_CPO.indd 2 18/02/2014 17:49:04